



ASPI-UFF

12 anos Outubro 2004 - Ano XII - Nº 9

E o Professor?

Já nos referimos que a Independência somente se completa na cidadania. E que cidadania implica um indivíduo usufruir direitos não menos importantes que seus deveres, direitos que são válidos contra o governo, contra outros cidadãos, pois um Estado baseado na cidadania deve estabelecer o império da lei e submeter seus funcionários a essa soberania impessoal. Daí que todo cidadão tem o direito de ser consultado sobre a direção da sociedade política, pois ele detém direitos políticos como membro de uma sociedade independente. Estes são, portanto, uma qualidade e um direito do cidadão. E isto aprendemos e ensinamos como lição de ouro em nossa longa profissão.

Se a independência somente se concretiza na cidadania, esta nunca será efetiva sem a Educação, mas uma Educação universalizada, direito de todos. Pela Educação são preparados cidadãos, conscientes dos seus direitos individuais e de seu exercício e gozo. É nesse ponto que se destaca a presença do Professor, do Mestre, daquele que serve de base e guia. O professor é aquele que se prepara, se esforça, não apenas para transmitir conhecimentos, informações, esclarecimentos úteis ou indispensáveis a um fim determinado, mas também para a formação e modificação da conduta humana. Mais do que tudo, ele se prepara para formar cidadãos, para incentivar a consciência crítica, para mostrar a cada um dos seus alunos os mecanismos de conhecerem a si próprios e as razões dos acontecimentos à sua volta, para demonstrar que é possível mudar os seus destinos. Em meio ao nosso trabalho, nós somos aqueles que atingimos corações e mentes.

É fácil deduzir que foi nesse momento que os professores começaram a se transformar, pelo exercício do seu próprio mister, em **classes perigosas**. Parece que a própria base de sua profissão os faz serem olhados com desconfiança. No exercício do seu trabalho, com baixos salários (que em certas situações é menor que a mesada de alguns dos seus alunos), com escassos recursos didáticos, em escolas carentes de tudo com alunos mais carentes ainda, eles inventam, motivam, continuam, e mais, lutam contra essa situação. Incentivam e conscientizam os que os cercam, até pelo exemplo de sua reação, de sua luta. Os governos reagem propondo reformas na educação, medidas de inclusão, aumento na oferta de vagas, injeção de verbas, de computadores. Mas também procuram meios que dispensem o professor ou diminuam seu contato pessoal com seus discípulos. A educação entra na agenda parlamentar, os mestres não: a visão que os governos têm dos educadores é medida pelos salários que oferecem.

Mas **E O PROFESSOR?** Se a cidadania será incompleta enquanto a educação não for direito de todos, a educação, por mais reformada que seja, será também incompleta se não se considerar o professor, e isso inclui o respeito aos professores aposentados, aqueles que seguram nas mãos a história de todas as lutas pela cidadania. Neste 15 DE OUTUBRO, estejamos orgulhosos do que somos, do caminho que escolhemos, de tudo aquilo que construímos e que somos ainda capazes de construir. Celebremos nossas conquistas, as grandes e as pequenas, e orgulhem-nos de nossas lutas.

Notícias

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO
DOS PROFESSORES INATIVOS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Editorial

Outubro é um mês pródigo em comemorações. Mas, inconformados com a decisão do Supremo Tribunal Federal a respeito da taxaço dos inativos e a forma autoritária com que o governo tratou a questão do reajuste salarial, os professores federais têm muito pouco a comemorar no seu dia 15. Também o *Dia do Servidor Público* (28) não deverá ser motivo de festa..., pelo menos para esta classe. O mesmo não se pode dizer do governo. Além das “vitórias” obtidas pelos meios “ortodoxos” empregados e de conhecimento de todos, outubro marca, ainda, os oito anos da Lei nº 9.311 (24/10/96), que criou a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – a CPMF –, destinada integralmente ao Fundo Nacional de Saúde, para financiamento das ações e serviços nessa área. Fica, aqui, a nossa pergunta: a Saúde no país melhorou e a população tem-se beneficiado dessa contribuição? Muitas outras questões poderiam servir para nossa reflexão a respeito do momento político por que passamos. O importante é não perdermos a fé em nosso poder de luta por um país mais justo e solidário. Estamos preparados? Não nos esqueçamos de que ainda temos o direito – e o dever – de votar. Que bom! E a nossa resposta será nas urnas...!

Conheça as mentiras do MEC

No dia 18 de agosto, o Governo Lula, junto com seu Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Ministério da Educação publicou, nos principais jornais do país, nota em que se pronuncia sobre as negociações com os docentes das IFES. As mentiras começam no título. O governo não está concedendo reajuste salarial. O salário dos docentes continua congelado. O que o governo faz arbitrariamente e unilateralmente é majorar uma gratificação produtivista, já rejeitada pela categoria em todo país.

Logo no começo, o documento menciona 12 rodadas de negociações com o Andes, ocorridas desde maio, e a recusa da entidade às três propostas apresentadas pelo Governo Federal. É importante lembrar que, embora o ANDES-SN cobrasse, o governo só apresentou proposta oficial na reunião do dia 30 de julho, quando o diretor de Programas do MPOG, Vladimir Nepomuceno, afirmou que até aquela data só havia ocorrido “simulações”. Conheça as demais mentiras do governo:

1. Dissemos que não há reajuste. Além disso, neste item o governo fala em *extinção* da GED e, no item 3, fala em *suspender o caráter produtivista da gratificação*. Ou seja, a contradição denuncia a armadilha. O governo suspende temporariamente a GED para, com a reforma universitária, efetivá-la outra vez. Sabemos que a “produtividade” e o “empreendedorismo” são eixos cruciais da reforma do governo e a GED já é desdobramento desses eixos.
2. O governo volta a usar o termo “reajuste salarial” e (pasmem!) diz que variam de 10,15% a 34,91% e ainda manda conferir a tabela publicada com a nota. Pela tabela, concluímos que a grande massa dos professores vai receber entre 10% e 12%. Além disso, pode até vir a existir, mas, atualmente não há na Universidade professores doutores/auxiliares de ensino. Só o título de doutor já eleva o professor para, no mínimo, adjunto. Então, quem receberia, hoje, 34,91% de reajuste? Ninguém!
3. Aqui, fica clara a intenção de apenas suspender o caráter produtivista da GED. Aceitando essa proposta, caímos na

armadilha do governo que logo adiante retoma esse caráter. Além disso, garantir 140 pontos para todos da ativa não faz quase diferença.

4. É mentira! O governo continua discriminando perversamente os professores aposentados. E o governo sabe disso. Tanto que após ter acatado e consensuado a legitimidade de nossas reivindicações, o governo chegou a concordar com o ANDES-SN quando a entidade mostrou em sua contraproposta que, para restabelecer a isonomia entre docentes dos vários graus de ensino e a paridade entre ativos e aposentados, seria necessário acrescentar à proposta inicial do governo R\$327 milhões, um aporte suplementar de R\$72 milhões. Ao voltar à sua proposta inicial, o governo descarta esse aporte e a discriminação continua.
5. Assim como anunciou a implementação arbitrariamente da MP, o governo também definiu, sozinho, a criação de um GT, o que não significa qualquer garantia de que seja o caminho para o atendimento de nossas reivindicações. O ANDES-SN está certo quando afirma em sua nota pública: o governo exige que aceitemos um cheque em branco. Não faremos isso.
6. Ao anunciar a MP, o governo mostra realmente todo seu caráter arbitrário. O governo encerrou unilateralmente as negociações e virou as costas ao movimento tentando nos empurrar “goela abaixo” uma proposta rejeitada pela categoria em todo o país. O governo também mente quando diz que respeita o sindicato da categoria. Durante todo esse processo ficou evidente que o governo estabeleceu uma negociação paralela com a oposição derrotada na eleição do ANDES-SN. Depois de todas essas mentiras, o governo ainda tem a cara-de-pau para afirmar que está “*desenhando, com ampla discussão com a sociedade civil, uma Reforma da Educação Superior*”. As únicas “sociedades” com a qual o governo Lula discute essa reforma é o FMI e Banco Mundial.

Publicação do Departamento
de Difusão Cultural da
Associação dos Professores Inativos
da Universidade Federal Fluminense

Jornalista responsável:
Neusa Pinto – Reg. MTPS nº 12.255

Equipe de redação:
Ceres Marques de Moraes,
Ana Maria dos Santos e Neusa Pinto

Data de fundação da ASPI-UFF:
14 de julho de 1992.

Sede:
R. Passo da Pátria, 19 – São Domingos,
CEP 24210-240 – Niterói, RJ
Tel.: (21) 2622-9199
Telefax: (21) 2622-1675

E-mail: aspiuff@urbi.com.br
ou aspiuff@veloxmail.com.br

Site: <http://users.urbi.com.br/aspiuff/>

Diretoria Biênio 2002/2004

Presidente:

Aidy de Carvalho Preis

1º Vice-Presidente:

Joaquim Cardoso Lemos

2º Vice-Presidente:

Lúcia Molina Trajano da Costa

1ª Secretária:

Magaly Lucinda Belchior da Mota

2ª Secretária:

Léa Souza Della Nina

1ª Tesoureira:

Dalva Regina dos Prazeres Gonçalves

2ª Tesoureira:

Celina Tavares Coelho da Silva

Conselho Deliberativo (membros efetivos):

Sheilah Rubino de Oliveira Kellner – Presidente
Acrisio Ramos Scorzelli – Vice-Presidente
Teresinha de Jesus Gomes Lankenau – 1ª Secretária

Ilka Dias de Castro

Hilda Faria

Isar Trajano da Costa

Salvador Alves Pereira

Luiz César Aguiar Bittencourt Silva

Jorge Fernando Loretto

Ana Maria dos Santos

Conselho Fiscal (membros efetivos):

Maria Helena de Lacerda Nogueira – Pres. em exercício
Amanda Celeste Pimentel
Ana Pedreira Boechat – Secretária
Maria Therezinha A. Lyra
Nésio Brasil Alcântara

Departamento de Saúde:

equipe liderada por
Maísa F. de C. Araújo

Departamento de Direitos:

Maria Nazareth Martins Ramos

Departamento de Difusão Cultural:

Ceres Marques de Moraes

Departamento de Integração Comunitária:

Maria de Lourdes Caliman

Departamento de Lazer

e Promoção Social:

Respondendo pelo expediente:

Léa Souza Della Nina

Gerência de Projetos Especiais

Raymundo Damasceno Nonato

Projeto Gráfico:

Cecília Jucá de Hollanda

Revisão:

Damião Nascimento

Serviços Gráficos:

Gráfica Falcão

Homenagem no Ano Internacional da Mulher – IX

CHIQUINHA GONZAGA (continuação)



Chiquinha aos 85 anos

Segundo nos conta Edinha Diniz* entre o final da Guerra do Paraguai e a Proclamação da República (1870-1889), a vida pública brasileira apresenta um quadro de grande efervescência social, política e econômica, onde se destacaram as idéias abolicionistas e republicanas, o aumento considerável da dívida externa do país, a queda do preço do café, produto responsável pela maior parte da exportação brasileira, e com uma “incipiente indústria nacional” sem chances de competir com o produto externo sem o protecionismo tarifário, o que dificultava a “capitalização nacional”. Isso, sem falar da campanha pela extinção da escravidão, já que as leis do Ventre Livre (1871) e a dos Sexagenários (1885) não satisfaziam amplas parcelas da população, fazendo com que o movimento de libertação dos escravos ganhasse as ruas, estimulando associações e críticas ao inconformismo, que se utilizavam de diversos veículos – inclusive a música popular, as quadrinhas, a caricatura etc. – como forma de expressão.

No espaço musical, surge a figura do seresteiro, não o “solitário e melancólico modinheiro, mas os músicos instrumentais de ritmo mais brilhante”, e onde aparece a formação inteiramente original do “choro”. O reduto preferido dos artistas era a Confeitaria Castellões, onde se reunia o pessoal de teatro e de música, e que oferecia a seus freqüentadores um serviço adicional: a venda de ingressos teatrais. Importante, também, foi a Colombo, “derradeiro palco dos boêmios históricos, antes que o florianoismo os dispersasse”. E a música popular aparece como principal elemento unificador das diferentes e antagonicas camadas sociais da época, principalmente a modinha, “cantada, como foi, no Segundo Reinado, por uns, ao som do piano, no interior das casas nobres e burguesas; por outros, ao som do violão, ao sereno ou à porta até de palhoças”, como nos aponta Gilberto Freyre.² Ela também se tornou mais aceitável às elites brasileiras, pelas parcerias que conseguia promover entre músicos populares e poetas cultos.

Aos 29 anos, jovem, bela e livre, Chiquinha editou *Atraente*, uma polca cujo título foi tomado como provocação, muitos atribuindo à autora predicados e maledicências... Edinha Diniz nos narra que “a língua do *Zé-povinho* (...) se encarregou de dar a sua versão. Uma mulher de má-fama, metida em rodas boêmias, compositora de músicas indiscutivelmente saltitantes com títulos atrevidos era provocação demais para uma sociedade que começava a tornar-se alegre mas não abandonara a atitude respeitosa. (...) A ousadia de Chiquinha não ficaria impune”, ainda mais que seu trabalho nada tinha de feminino (à mulher cabia a ocupação de caráter maternal e recatada) e “nada tinha de culto, pelo contrário, destinava-se ao lazer das baixas camadas sociais. Ela era, portanto, julgada ao lado daquelas de ‘vida errante’: bailarinas, artistas de teatro e outras. No Rio de Janeiro de 1877 o nome de Chiquinha Gonzaga foi cantarolado em maldosas quadrinhas satíricas pelas ruas. Este era o preço que pagava por romper as normas sociais e perturbar o funcionamento da ordem social”.

Em 1885 consegue, enfim, estreitar como maestrina. Inteiramente à vontade no terreno da música popular, Chiquinha “era como um simples instrumento sensível, através do qual a alma carioca exprimia o melhor de seu sentimento”, nos diz Diniz. Aliás, toda sua vida era “puro sentimento”, enfatiza.

A década de 1880 marca uma fase em que a rua passa a ser palco de manifestações populares, e a campanha pela abolição da escravatura recrudescer, “discursos reclamavam do cativo, ameaçavam o trono e exigiam a abolição imediata e incondicional”. Chiquinha, novamente, se alia às vozes protestantes, participando ativamente na arrecadação de fundos para alforriar os escravos, e com o mesmo entusiasmo e alegria, engajou-se na causa republicana. Na República, logo se desencantou com o regime. Sob a presidência de Floriano, logo a geração da boemia republicana se dispersou. Mas Chiquinha continuava a conquistar cada vez mais público para suas peças musicais do gênero dançante. “No maxixe ninguém lhe levava vantagem. A dança nacional merecia da compositora uma atenção toda especial, não estivesse ela empenhada em abraçar o que encontrasse pela frente.”

Ao retornar de uma viagem à Europa, em 1902, Chiquinha vem acompanhada do “filho” João Batista, causando estranheza junto a seus amigos, que não tiveram a ousadia de fazer-lhe perguntas... “O mascaramento da situação através da maternidade era uma saída perfeitamente aceitável para os padrões da moralidade pública reinante. Atendia a uma exigência das normas sociais e preservava a sua vida íntima, se não da curiosidade, ao menos da desaprovção”, nos esclarece Diniz.

Viveram felizes, até que, em fevereiro de 1935, a morte separa o casal e o país perde uma de suas filhas mais aguerridas...

*DINIZ, Edinha. *Chiquinha Gonzaga – uma história de vida*.
Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 4ª ed., 1984

Eleições na ASPI-UFF – Gestão 2004 - 2006

Aspiano! Vivemos tempos difíceis! Precisamos cada vez mais fortalecer nossa ASPI. Dê a sua contribuição! Inscreva-se em uma chapa para concorrer às próximas eleições para a nova Diretoria Executiva e para os Conselhos Deliberativo e Fiscal – gestão 2004-2006, em novembro. Sua participação é de extrema importância. Contamos com você! Veja, abaixo, o Edital:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Presidente da ASPI-UFF, no uso de suas atribuições, convoca a Assembléia Geral Ordinária, que será realizada no dia 18 de novembro, às 10h, na rua Passo da Pátria 19, São Domingos, Niterói/RJ, nos termos do Art. 25, item I e II do Estatuto em vigor e da Resolução nº 11/1999 do Conselho Deliberativo com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tomar conhecimento do Relatório da Diretoria Executiva a respeito de suas atividades administrativas e realizações;
2. Homologar o Relatório da Comissão Eleitoral;
3. Outros.

Aidyl de Carvalho Preis – Presidente da ASPI-UFF

Café da Manhã

No último dia 17 de agosto, a ASPI recebeu, com seu Café da Manhã, as instituições culturais representativas de Niterói. O evento foi muito animado, e contou com ilustres personalidades, como o Sr. Carlos Mônaco, líder do movimento cultural de nossa cidade, e uma figura aclamada por todos como ímpar nesse cenário – Luís Antonio Pimentel. O evento também trouxe à nossa casa as “corujinhas” – as crianças do Espaço Cultural Maria Jacinta.

E, neste mês de outubro, como em alguns meses deste ano, o Café da Manhã terá dose dupla: a primeira, no dia 26, quando receberá os profissionais da Medicina, Odontologia, Biomédico e Biologia, e no dia 28, para os professores de Arquitetura e Engenharia.

Que esses momentos façam a diferença, pois estaremos reunidos...

Governo impõe Recadastramento a aposentados

Por exigência do Decreto nº 2.251/97, todos os aposentados e pensionistas deverão, obrigatoriamente, atualizar seu cadastro junto ao Departamento de Pessoal. O recadastramento, a ser feito no saguão da Reitoria, das 10 às 16 horas, será assim distribuído: de A a L, no período de 1 a 30/9; e de M a Z, de 4 a 29/10. Documentos comprobatórios: Carteira de Identidade; contracheque, Título de Eleitor (menor de 65 anos), CPF (que deverá estar atualizado obrigatoriamente, através de Declaração de I.R. ou de Declaração Anual de Isento efetuada em casas lotéricas ou agências dos Correios) e comprovante de conta-corrente individual (talão de cheques ou Declaração do Banco). Em se tratando de atualização feita por representante legal, este deverá apresentar-se com a carteira de identidade, procuração, cópia e original atualizada, ou laudo médico, que comprove a impossibilidade de locomoção do aposentado (**tais documentos terão validade de 6 (seis) meses**).

Os que se encontrarem fora da cidade poderão se recadastrar no Departamento de Pessoal do Órgão Federal mais próximo, munidos dos mesmos documentos, e solicitar o encaminhamento da documentação para a Reitoria da UFF (R. Miguel de Frias 9, 4º andar, Icaraí, Niterói/RJ CEP 24220-000). **Atenção:** o não recadastramento implicará a **suspensão dos proventos**.

A partir de 2005, o recadastramento será efetuado sempre no mês de aniversário do servidor e pensionista.

Eliminador de ar em hidrômetro pode ser obrigatório

Alguém já reparou como é abastecida a cisterna de sua casa? Pois, junto à água que entra, passam também bolhas de ar, e o hidrômetro não “sabe” distinguir uma das outras... Assim, é bem-vindo o Projeto de Lei (PL 2574/03), de autoria do deputado Pastor Reinaldo (PTB-RS), já aprovado pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara, que obriga as concessionárias de abastecimento de água a instalar, por solicitação (e ônus) do consumidor, um equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro do imóvel.

O deputado considera, baseado na Escola Federal de Engenharia de Itajubá (MG), que “os prejuízos causados pela entrada de ar na rede de tubulação chegam a representar cerca de 35% do consumo registrado nos hidrômetros dos consumidores”.

O projeto pode ser aprovado em caráter conclusivo, se for acolhido também pelas Comissões de Defesa do Consumidor e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara. Acesso em 22/6/04

Aposentado portador de hipertensão pode ficar isento do IR

O Projeto de Lei 4035/04, do deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), que está tramitando na Câmara, se aprovado, alterará a Lei do Imposto de Renda 7.713/88 (que prevê casos de isenção) e garantirá a dispensa do pagamento do imposto sobre proventos de aposentadoria ou reforma aos portadores de hipertensão arterial sistêmica estágio II (“a hipertensão arterial sistêmica estágio II é aquela em que a pressão arterial sistólica (PAS) é igual ou superior a 160 mm Hg e a pressão arterial diastólica (PAD) é igual ou superior a 100 mmHg”).

Em sua justificativa, o parlamentar defendeu que, por ser uma doença grave, incurável e progressiva, que frequentemente afeta “órgãos como o coração, retina, cérebro e rins, demandando um tratamento médico contínuo e permanente e uso de medicação moderna e cara, a isenção possibilitará melhores condições de a família enfrentar a doença, ainda mais que “na maior parte das vezes, o tratamento não é fornecido gratuitamente pelo Poder Público”.

Ainda de acordo como o deputado, “isso também vai prevenir o Sistema Único de Saúde (SUS) da sobrecarga de atendimento de vítimas de conseqüências de tratamentos inadequados da doença, como derrames cerebrais, infartos do miocárdio e insuficiência renal.”

Fonte: Agência Câmara, 18/8/2004

Outubro marca 60 anos da Escola de Enfermagem

Como “presente” de aniversário, a Escola de Enfermagem Aurora Afonso Costa ganhará, ainda este ano, um Centro de Memória, de forma a manter viva a sua história.

O projeto, coordenado pela professora Donizete Vago Daher, será realizado com a parceria de seus alunos do 5º período, que colaborarão com a pesquisa e “garimpo” de documentos relativos à Escola, assim como mobiliário e entrevistas com professores, ex-diretores e funcionários.

A inauguração do Centro de Memória está prevista por ocasião da próxima Semana Científica de Enfermagem, que ocorrerá nos dias 4 a 8 de outubro.

Governo mantém tendência de privilegiar o capital

Foi publicado em edição extra do *Diário Oficial da União*, de 30 de julho p.p., o Decreto 5.164/04, que reduz a zero a alíquota do PIS e da Cofins sobre receitas financeiras (a isenção não atinge as empresas que pagam Imposto de Renda sobre o lucro presumido e beneficia as que têm uma só parcela de suas receitas tributadas pelo PIS e Cofins não-cumulativo).

Segundo o Boletim *Unafisco* (nº 1693), com o decreto, o governo mantém a tendência iniciada pelo governo FHC de privilegiar o capital. Cita, como exemplo, que “quem tiver superávit de caixa terá suas receitas de aplicação financeira e de variação cambial livres dos tributos” (antes do decreto essas receitas eram tributadas em 9,25%, com direito a crédito). E informa que “as únicas receitas que ficaram fora da isenção são as provenientes de operação de *hedge* e os juros pagos sobre capital próprio”. A distribuição de lucros também não é tributada. Pondera, ainda que, ao isentar de CPMF as operações nas Bolsas de Valores, isenta o especulador, enquanto o assalariado é tributado no rendimento de seu trabalho pela tabela progressiva do imposto de renda e no consumo próprio.

Também o economista e professor da Unicamp, Plínio de Arruda Sampaio Júnior, em debate ocorrido em Porto Alegre, declarou que considera que o governo Lula fez sua opção pelo capital e que “aprofundará a política neoliberal” (Boletim *Unafisco* nº 1697). Para ele, o “país precisa de novos atores sociais para fazer as transformações de que a população precisa” e convocou as entidades sindicais a “não desistir de criar o ambiente necessário para a transformação”.

Nota de falecimento

Lamentamos informar o falecimento da aspiana professora Nilda de Oliveira Ney de V. Cruz, da Escola de Serviço Social. Que o Senhor Deus da Vida a receba em Sua glória e dê, a seus familiares e amigos, a paz e o conforto necessários nesse momento tão difícil.

Reação à GED não-paritária para aposentados

A Assembléia do dia 30/8, da ADUFFSSind, marcou a indignação e repúdio dos presentes pela forma truculenta com que o governo encerrou as negociações e publicou, à revelia do movimento dos docentes, a MP 208/04, que instituiu a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), acentuando a disparidade entre ativos e inativos.

A nova Assembléia, realizada no dia 9/9, com a participação de 66 professores, aprovou por ampla maioria, quatro votos contrários e seis abstenções, o indicativo do Comando Nacional de Greve (CNG) e suspendeu a greve, mas ficou decidido que haverá uma campanha de protestos contra a Medida Provisória 208/04. Dentro de um clima democrático, ficou clara a necessidade de manter a mobilização, “de modo a promover a acumulação de

forças” para a luta, ficando aprovadas a elaboração de documento informando sobre os processos de luta em pauta, a continuidade dos debates sobre a reforma universitária e a constituição de uma Comissão de Mobilização Local.

Vários foram os pronunciamentos dos presentes, dos quais destacamos o de nossa presidente, a professora Aidyl de Carvalho Preis, que pediu a reflexão de todos e exortou os colegas a manter o sonho...: *Nessa olimpíada nenhum fanático vai nos tirar o ouro maior que é a educação*, afirmou emocionada. O professor Juarez Duayer, vice-presidente da ADUFFSSind, ao encerrar a Assembléia, negou que os professores devam se julgar derrotados: *Não se trata aqui de quem tem mais ou menos vontade política, mas há colegas que sequer perguntam o que está acontecendo. Precisamos continuar disputando e ganhando professores e alunos para o nosso projeto porque o que continua em jogo são projetos distintos de Universidade. Vamos continuar na luta.*

Fonte: www.aduff.org.br. Acesso em 14/9/04

Plenária para barrar reforma universitária

Com uma grande faixa: “Educação não é mercadoria”, a Plenária Nacional reuniu, no dia 12/09, em Brasília, cerca de 1.700 pessoas, entre docentes, técnico-administrativos, estudantes e militantes partidários de todo o país. Na oportunidade, foi aprovado um calendário de lutas e ficou decidida uma grande marcha em Brasília, no dia 25 de novembro, para dizer NÃO a essa “contra-reforma”.

Fonte: <http://www.andes.org.br>. Acesso em 14/9/04

Cai a máscara: governo edita MP que cria o Prouni

O governo Lula demonstrou mais uma vez o seu autoritarismo com a edição da MP (medida provisória) publicada hoje (13/9) no *Diário Oficial da União* – que cria o Prouni (Programa Universidade para Todos).

A edição dessa MP desmente o discurso governista de que o projeto de reforma universitária seria discutido com todos os setores da sociedade. Na semana passada, o ministro Tarso Genro afirmou que o Prouni já havia sido discutido com os setores interessados – devia estar se referindo aos empresários da educação.

O ANDES-SN repudia essa atitude do governo, que deixa claro que o diálogo e o consenso tão propagados não passam de retórica.

Vale destacar que a MP foi editada um dia após todas as entidades que compõem o Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública terem reafirmado, em plenária nacional, o princípio aprovado no 5º CONED de que a EDUCAÇÃO NÃO É MERCADORIA e, por isso, posicionarem-se contra o Prouni.

Fonte: Transcrito de ANDES-SN, 13/9/04

Reações à taxação dos inativos

A recente decisão do STF de taxar os inativos, “derrubando” as cláusulas pétreas da Constituição, gerou tanta indignação – e não só junto ao funcionalismo –, que decidimos transcrever, aqui, algumas...:

- “Meu desprezo aos sete ministros do STF, vassallos do PT, e meus respeito aos quatro ministros que não violentaram a Constituição”. Vicente Limongi Netto, Brasília, *JB*, 21/8/04, *Cartas ao Editor*, p. A8;

- “A decisão do STF, ao tributar servidores inativos, está fortemente baseada no ‘princípio da vassalidade’, ou seja, estar a serviço de outrem, não por acaso regidamente remunerado. Mas fere frontalmente o princípio do que seja Previdência Social, quando o cidadão, ao contribuir por décadas à mesma, faz jus, por aqui, à bastante acanhada aposentadoria. O próximo passo do governo, em sua fúria arrecadatória, será a taxaçaõ dos já sepultos, denominada taxa *postmortem*. Zumbi, uni-vos!”. Marcelo Frick, Rio de Janeiro. *JB*, 23/8/04. *Cartas ao Editor*, p. A10;

- “Gostaria de informar (...) que há uma diferença fundamental entre os regimes impostos aos trabalhadores dos setores público e privado. Quanto estes têm descontos limitados por um teto definido, aqueles são descontados em 11% do total da remuneração, sem limites ou tetos. Daí, a diferença dos valores de aposentadorias. Vale informar, ainda, que o setor público não conta com o Fundo de Garantia, que contempla apenas o setor privado.” José Carlos Coelho Leal, Rio de Janeiro. *JB*, 23/8/04. *Cartas ao Editor*, p. A10;

- “O STF tem por missão a salvaguarda da Constituição Federal. Todavia, no julgamento da taxaçaõ de inativos, ele deixou-nos com a impressão de ter havido uma ‘conta de chegar’ com o Executivo, já que o STF não deveria estar à vontade para cumprir sua missão e o Executivo não queria perder receita. (...)” Adail Coaracy de Aquino, Rio de Janeiro. *JB*, 23/8/04. *Cartas ao Editor*, p. A10;

- “Chega a ser engraçada a solução do STF para os recursos contra a taxaçaõ dos aposentados e pensionistas do Serviço Público: abaixo de R\$2.508,72 a taxaçaõ é inconstitucional, acima é constitucional. Assim como Ernesto Geisel criou a democracia relativa, a Justiça brasileira acaba de criar a constitucionalidade relativa”. Waldemar Weller. Rio de Janeiro. *JB*, 23/8/04. *Cartas ao Editor*, p. A10;

- “A inacreditável decisão do STF, de taxar os inativos ao arrepio do Estado do Direito, liquidando numa só tacada os conceitos de ‘cláusulas pétreas’, ‘ato jurídico perfeito’ e ‘direito adquirido’, é a mais clara demonstração de que o ovo da serpente fascista já se encontra entre nós. E é exatamente pela via fascista, que estão sendo gestados o Conselho Federal de Jornalismo, a Lei da Mordada, as reformas sindical e universitária e o Projeto

de Parcerias Público-Privadas (PPP)”.

Leandro Nogueira Salgado Filho, Nova Iguaçu (RJ). *JB*, 23/8/04. *Cartas ao Editor*, p. A10;

Viagem a “Buenos Aires como você nunca viu”

Com um programa de seis dias, a contar de 13 de outubro próximo, o grupo de dança da ASPI vai deliciar-se com as maravilhas da cidade portenha.

A viagem, idealizada pelo professor do curso de dança Tales Toscano, terá a contratação de um “city tour” especializado e promete “ênfase a aspectos culturais da cidade, com visitas a lugares interessantes”, como o Teatro Colón, museus, a Feira tradicional da Recoleta, incluindo um passeio ao bairro de San Telmo, onde aos domingos acontece a tradicional feira de antiguidades e, logicamente, uma “imersão” no tango argentino, com um passeio opcional a uma “tangueria”, onde quem quiser pôr em prática seu aprendizado da dança, poderá fazê-lo.

Aos nossos felizes viajantes, *com a nossa inveja* (brincadeira), desejamos uma viagem m a r a v i l h o s a e muitas novidades para o próximo *ASPI-UFF Notícias*...

Nova aspiana

Com muito prazer, damos as boas-vindas à professora **Elda Reis Custódio**, do Instituto Saúde da Comunidade.

Um exemplo a ser seguido

Agradecemos à sra. Liselotte H. Ornellas, a gentil oferta do livro *Jovem para sempre – Pare de envelhecer agora mesmo*, editado por Edward Claflin, pela Reader’s Digest, Rio de Janeiro, 2004.

A obra, que fará parte do acervo da Biblioteca da ASPI, “fala” dos últimos avanços científicos e estimula os leitores a dar “fim a doenças que encurtam a vida” e outros conselhos interessantes.

Aproveitamos para informar que a Biblioteca está aberta à curiosidade dos aspianos e possui títulos bem variados, abrangendo desde filosofia até romances e poesias...

Artigo Artigo Artigo

Idosos: uma Revolução Moderna

Célio Pereira da Silva*

Há quem possa julgar, quiçá, uma sandice o título do presente artigo, porém distante se encontra do mini-ensaio ao curso dessa escritura. Hoje, no Brasil, o segmento populacional mais pujante, ou seja, relativamente de maior expressão numérica, é o representado por pessoas acima de 60-65 anos de idade física!

Muito além disso, os sexagenários e todos ultrapassantes dessa faixa cronológica tornam-se num fabuloso banco de dados, não apenas pelo conhecimento sistemático, assim como pela experiência de vida. Portanto, o idoso detém aquilo

que anteriormente era denominado por ancião, o sábio. Ele portava o bastão nos círculos indicadores da comunidade tribal, objetivando os rumos dos acontecimentos. Cada qual, com o bastão em punho, expunha seu pensamento sobre o tema enfocado.

Luiz de Camões, em seu celeberrimo épico, simboliza essa tradição, vilmente marginalizada, através do venerando “Velho de Restelo”.

Hoje, com o prematuro e injusto atributo consumismo do obsoleto, foi erigido um altar, tipo crematório, do

Campanha da Fraternidade 2004:
Água – fonte de vida

A posse da água

(Continuação)

descartável e da banalização. Por outro lado, aos que têm acesso a um certo tipo de dignidade de vida, o aumento qualitativo e quantitativo da longevidade é um fato de toque da modernidade.

Precisamente essa angustiada constatação junto ao aparato do Estado passa por uma metamorfose demagógica e uma cortina de fumaça ao descalabro administrativo previdenciário. E os jovens, sem perspectiva de estudo e trabalho, são aliciados facilmente ao fantástico mundo do ilícito: prostituição, exacerbação de suas imagens ligadas ao “pornográfico artístico e aos enganosos espetáculos do desempenho desportista”, todos eles dirigidos a uma poligamia de “parceiros-namorados”!

Puritanismo? Não, falta de emprego e de horizonte futuro, mas, certamente, objeto de desejo e “antropofagia do ídolo” – o consumo abastecendo a ilusão do querer! Nisto, apenas nisto, reside hoje o poder virtual do aparelho do Estado, daí a difusão espalhafatosa das “administrações públicas”. Vende-se fumaça ao invés de combustível, mesmo sendo adulterado.

Nós, os idosos, não nos devemos deixar enganar pelos pelotiqueiros, ou seja, os prestidigitadores de segunda categoria, que se disfarçam em Rei Midas invertidos – lendário personagem, com um simples toque de mãos, transformava tudo em ouro – visto que, o político de hoje transforma tijolos, alimento, cimento, calçado, imagem visual e outros “fajutos” perfis e ardis em voto. Reparem como os jovens candidatos são pertencentes a imaginários netos que temos ou que gostaríamos de ter! Ao passo que as candidatas fogem do perfil esguio das “top model” e ou das artistas da televisão. Reparem, não disse atrizes, pois essas são realmente talentosas. As candidatas aos cargos eletivos, modo geral, também não afirmem “via de regra”, pois a mulher conhece milenarmente o seu poderoso significado. Particularmente, acredito que foi através desse miraculoso saber que a mulher produziu a humanização de nossa espécie e que a invenção ou descoberta da escrita deu-se pelo homem, que extorquiu de sua companheira essa sabedoria. Como não possuía, o homem, o talento imaginativo da “Fêmea”, porque esta sabia utilizar melhor o lado direito do cérebro, o “macho” inventa a escrita para submetê-la ao seu talento. Desta forma, adentramos para o mundo do “pater”... Pois bem, a mulher candidata é representada por uma “senhora” e ou “madona”, confundindo-se com a figura de “nossa mãe”.

Conforme se diz em linguagem moderna corrente, vamos fazer de nosso voto “um torpedo” para tirar do cenário público os enganosos e insinceros políticos, pois, ao passar a “disputa da passarela eleitoral do município, virão pesadíssimas reformas: Universitária, Trabalhista, Sindical, Parceria de Investimento Público-Privado, Nova Dose da Previdenciária e finalmente, a supervalorização das Organizações Não-Governamentais (ONGs), por sinal nenhuma delas, conforme deveria ser, registrada na ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, talvez num misterioso sentido de co-responsabilidade: “Criança Esperança”... Na Argentina, segundo “dizem”, 10 milhões de dólares desapareceram num *show* fantasma!

Flávia Pegorin* nos aponta as distorções provocadas pela falta de gerenciamento: enquanto no agreste nordestino pagam-se 50 centavos por uma lata d’água de 20 litros, em São Paulo, mil litros de água tratada custam R\$0,66 (a mesma quantidade, no agreste, custaria R\$25,00), conforme dados do governo. Assim, “não é à toa que a posse d’água provoque tantos conflitos e tenha sido o estopim para inúmeras guerras. Dados das Nações Unidas comprovam que em menos de 25 anos dois em cada três habitantes do planeta serão afetados por alguma forma de escassez – passando sede, pobreza crônica ou sendo afetados por doenças contagiosas. De fato, 29 países já têm problemas com a falta e o quadro tende a piorar”. Há ainda o problema em que a água consumida em muitos países vem de rios que passam antes por outras fronteiras, como acontece, inclusive, na Europa. Aponta que, “recentemente, em 1991, durante a Guerra do Golfo, o Iraque destruiu muitas usinas de dessalinização do Kuwait para garantir o domínio sobre o país vizinho e, mais importante que isso, uma saída maior para o mar”.

Flávia Pegorin nos fala que as discussões da Agenda 21 mostraram que os “processos de desertificação foram atribuídos às atividades humanas e fatores climáticos. O problema já atinge um sexto da população mundial e não dá muitos sinais de melhora”.

“O mapa da crise

Nem sempre os países que são ricos em água doce estão confortavelmente abastecidos por ela. Até mesmo dentro do mesmo território existem distorções”. Há ainda “regiões tropicais, onde existe água em abundância” mas “a distribuição pode ser tão precária que grande parte da população tem dificuldade para matar a sede, cozinhar e tomar banho.

O controle das águas, em alguns países onde a escassez é crônica, é tratado como parte do delicado jogo de equilíbrio político. Em Israel, usa-se a alternativa da dessalinização e a população aprende desde cedo a aproveitar a água de maneira racional. Mesmo assim, o país mantém ocupadas as colinas de Golan desde a guerra de 1967 porque lá estão as nascentes do rio Jordão, sem o qual não sobreviveria”, informa Pegorin.

(continua no próximo número)

* O prof. Célio é aspiano e foi diretor do ICHF

“A MISSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL”, no doc. II do MEC

A missão das Instituições de Ensino Superior deve ser voltada ao desenvolvimento da nação.

A Reforma da Educação Superior deve ter a capacidade de promover uma profunda reflexão sobre a missão das Instituições de Educação Superior, de modo a reavivar vínculos e explicitar compromissos com valores caros à sociedade brasileira, essenciais à superação dos desafios que a nação estabeleceu.

A missão, construída no debate público que a Reforma estimula, deve significar um ponto de equilíbrio entre a soberania popular e a autonomia do fazer acadêmico, de tal modo que a sociedade reconheça, na missão proposta, a expressão de um compromisso para o qual se mobilizam recursos humanos, materiais e financeiros.

Às Universidades cabe a missão de criar, desenvolver, sistematizar e difundir conhecimentos, em suas áreas de atuação, a partir da liberdade de pensamento e de opinião, tendo como meta participar e contribuir para o desenvolvimento social, econômico, cultural e científico da nação, promovendo a inclusão da diversidade étnico-cultural e a redução das desigualdades sociais e regionais do país.

As demais instituições de ensino superior, consideradas suas vocações e níveis de organização, devem igualmente assumir a responsabilidade com a atualização do conhecimento e a implementação de processos pedagógicos que valorizem a iniciativa dos estudantes, o trabalho em equipe, o espírito crítico e inovador.

Mais do que nunca, a educação estende-se como um processo ao longo de toda a vida e as Instituições de Ensino Superior devem assumir como sua missão viabilizar o acesso à aprendizagem permanente, contribuindo para a elevação dos níveis de informação de toda a sociedade.

Do mesmo modo, as instituições têm compromisso em contribuir para o desenvolvimento e melhoria da educação, em todos os níveis.

É missão de todas as Instituições de Ensino Superior garantir, na formação de seus estudantes, valores éticos diante da sociedade e do conhecimento.

Esta ampla missão da Instituição de Ensino Superior está articulada com o projeto de uma nação livre e soberana, especialmente neste momento em que forças poderosas atuam no sentido de neutralizar o papel regulador do Estado e diluir suas responsabilidades sobre o bem comum. A internacionalização, própria à esfera do conhecimento, da ciência e das artes, deve ser assumida como forma de fortalecer os compromissos com o desenvolvimento de nosso país e a promoção da justiça social. Mais do que nunca, portanto, torna-se necessário reafirmar os vínculos da Educação Superior com o destino da nação e de seu povo.

Fonte: Extraído do Doc. II da “Reforma da Educação Superior – Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes da Reforma da Educação Superior”, MEC, Brasília, 2 de agosto/2004

Aniversariantes



Outubro

Pelo “seu” Dia, cumprimos os seguintes
aspianos, desejando-lhes Paz, Saúde e Felicidades:

- | | | | |
|----|---|-------------------------|---|
| 1 | Maria de Lourdes Carpi
Weston de Salles Cunha | Déa Antunes Bittencourt | José Pedro Pinto Esposel |
| 3 | Guilherme Eurico Bastos da Cunha
Violeta Campofiorito de S. da Gama
Thylmar Villela Jansen Faria
Desirée Baptista Corrêa | 14 | Dilza Cozendey Crespo
Thereza Sita de Cars
Regina Célia Pereira da Rosa |
| 4 | Godofredo Saturnino da Silva Pinto | 15 | 23 |
| 5 | Maísa Freire de Castro Araújo
Alfredo Mitczuk Júnior
Ana Maria Lopes Pereira | 16 | 24 |
| 8 | Lucia Helena Sgaraglia Manna
Sueli Braga Leite
Vera Regina Salles Sobral | 17 | 25 |
| 9 | José Francisco Borges de Campos
Dalva Gomes Huguenin Câmara | 18 | 26 |
| 11 | Wilma Fagnoli Jobin | 19 | 27 |
| 12 | Lecyr Miranda de Paiva Lessa | 20 | 28 |
| | | 21 | 29 |
| | | 22 | 30 |
| | | | 31 |